



## INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS ESTATAIS

### Integridade

#### 28 empresas

foram avaliadas quanto à existência, qualidade e efetiva implementação do conjunto de medidas com o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraude e corrupção nas empresas.



#### Canal de Denúncias

27 das 28 empresas analisadas adotaram canal para recebimento de denúncias e esclarecimento de dúvidas. Entretanto, em apenas 12 empresas analisadas a quantidade de funcionários respondentes foi estatisticamente significativa para uma avaliação objetiva.

Colaboradores se sentiriam seguros ao realizar denúncias

**20 a 40%**      **acima de 40%**  
8 empresas      4 empresas

### Fundos Públicos

#### 4 auditorias

foram realizadas no período de abril de 2017 a março de 2018, abrangendo o Fundo Contingente da Extinta RFFSA (FC), o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

#### Remuneração

A remuneração pela prestação de serviços dos agentes operadores possui métricas falhas, desvinculadas da efetiva prestação de serviços.

#### Controles Internos

Fragilidades nos controles internos administrativos relacionados ao ateste de serviços prestados por agente financeiro ou operacional, tendo inclusive ocorrido pagamento sem a comprovação dos serviços prestados.

#### Baixa Governança

Falhas na gestão patrimonial e contábil denotam uma baixa governança nos fundos públicos, em especial naqueles não diretamente vinculados e essenciais ao funcionamento de uma política ou serviço público.

# GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) tem apresentado avaliações e propostas para o aperfeiçoamento da Governança na Administração Pública e, assim, contribuir para a entrega de políticas públicas eficazes e de qualidade ao cidadão, incluindo a participação na elaboração de novos normativos e medidas estruturantes relacionados ao tema, tais como: decretos de desburocratização e de governança; legislação sobre transferências voluntárias da União; inclusão de novas funcionalidades no portal de convênios; elaboração do referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal e o guia de avaliação de políticas públicas ex-ante, elaborado sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

Ressalta-se a importância da boa governança nas relações com o setor público. Nos termos do Decreto nº 9.203/2017, governança pública é um "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade", tendo por princípios capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, e transparência.

## OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Avaliar a integridade e sustentabilidade das empresas estatais e a desburocratização e qualidade do gasto público.

# DESBUROCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DO GASTO

## Previdência

### R\$ 211 mi restituídos

em 2016 e 2017, a partir de auditoria da CGU, referentes a valores destinados à rede bancária para pagamento de benefícios sociais pagos a pessoas já falecidas.

### R\$ 34 bilhões anuais

identificados em pagamentos a beneficiários do INSS cujos dados apresentam inconsistências no CNIS.

### R\$ 336 milhões anuais

em pagamentos mensais indevidos de R\$ 26 milhões por falhas no processamento e na conferência do pagamento de benefícios.

Falhas no planejamento e implementação do projeto INSS Digital

A adoção de medidas corretivas pelos gestores federais propiciará a mitigação de pagamentos indevidos e a ampliação da qualidade das despesas previdenciárias, com a destinação adequada de recursos ao público alvo dos benefícios.

### R\$ 837 mi de prejuízo

no Programa de Revisões de Benefícios por Incapacidade, por falhas nos sistemas que permitem acúmulos indevidos de benefícios, além da permanência de pagamentos de benefícios após a data de cessação.

## Transferências Voluntárias



### R\$ 90 bilhões

em transferências voluntárias da União firmadas com outros Entes Federativos e organizações da sociedade civil, no período de 2008-2016.

### 5 anos

é o tempo médio de finalização dos instrumentos de repasse celebrados entre os órgãos que cedem e recebem os recursos. Além disso, há um flagrante desequilíbrio na capacidade operacional dos órgãos concedentes em gerenciar esses instrumentos.

### R\$ 1,2 bilhão

de recursos repassados pela União sem prestação de contas realizada, correspondendo a um estoque, ao final de 2016, de 10.563 instrumentos.

### Transparência

É prejudicada na medida em que os entes beneficiados pelas transferências voluntárias da União, na maioria municípios, raramente utilizam modalidades eletrônicas de licitação.

## Serviços Públicos Digitais



### Priorização da TI

Foram realizadas auditorias em serviços de cinco órgãos, as quais resultaram em recomendações no sentido de sensibilizar e capacitar a Alta Administração para que priorizem a estrutura e os serviços de TI como parte fundamental e necessária do seu Planejamento Estratégico. Como resultado, verificou-se que a SETIC/MPDG já adotou algumas ações, dentre elas a realização de um censo de Serviços Públicos de Atendimento e a instituição da Plataforma de Cidadania Digital, que irá auxiliar os órgãos a identificar, avaliar e aperfeiçoar os serviços públicos digitais.

## Painel de Gastos de TI



### Ferramenta sobre gastos em tecnologia

Lançado em setembro de 2017, o Painel de Gastos de TI se traduz numa ferramenta que apresenta informações sobre gastos em tecnologia da informação do Poder Executivo Federal. De acesso livre a qualquer cidadão, o Painel possibilita análise de forma fácil e intuitiva, em vários níveis de detalhamento. Além de promover o controle social, é utilizado pela CGU como instrumento para avaliação dos riscos de fraudes e da eficiência do gasto público federal na área de tecnologia da informação.

## Transporte de servidores



### R\$ 20 mi de economia/ano

A partir da avaliação do serviço de transporte de servidores públicos federais, foi recomendada a reestruturação do serviço, que resultou na criação da solução TaxiGov, implementada pelo MPDG. Com economia estimada em R\$ 20 milhões/ano, o TaxiGov permitirá maior controle e transparência sobre o serviço de transporte.

## Serviços terceirizados



### R\$ 2 bilhões por ano

são consumidos na contratação dos serviços de limpeza e conservação predial, somente no Poder Executivo da Administração Pública Federal. Auditorias realizadas nas contratações dos serviços de limpeza e conservação nos órgãos vinculados ao SIASG mostraram a necessidade de revisão dos referenciais de produtividade estabelecidos pelo MPDG e a possibilidade de melhoria nos procedimentos de contratação. Nesse sentido, a nova Instrução Normativa de Serviços reestruturou o modelo de gestão para planejamento e contratações de serviços no Poder Executivo Federal, com relevante potencial de redução de custos.

## Tomada de Contas Especial



### Lançamento do e-TCE

A CGU e o TCU lançaram, em novembro de 2017, o e-TCE, sistema que tem por objetivo agilizar a inserção das TCEs em forma eletrônica, eliminando processos físicos e criando uma malha mínima de documentos a ser inserida, possibilitando, inclusive, a realização de diligências via sistema. As análises são realizadas de forma mais dinâmica e ágil na medida em que os documentos estão organizados e são de fácil acesso, ampliando a qualidade dos processos e a produtividade das equipes envolvidas.

## Educação



### Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa (AUXPE)

Fragilidades nos procedimentos de controle, destacadamente nos sistemas de gerenciamento e publicação das informações mínimas exigidas na legislação. Além disso, recomendou-se a instituição de rotinas estruturadas e matriz de risco para a análise das prestações de contas, de modo a diminuir o passivo de processos e o lapso temporal de manifestação conclusiva da CAPES.

### Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

58 Universidades Federais foram avaliadas entre 2015-2017, concluindo que inexistia acompanhamento e avaliação do Programa no âmbito das universidades, o que resulta em aplicação dos recursos em desconformidade com a legislação, além de fragilidades em seleções dos beneficiários em decorrência da ausência de verificação da renda declarada pelos estudantes.

### PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

O modelo de análise das prestações de contas das Políticas Federais da área da Educação tem se mostrado caro e pouco exitoso, incorrendo em um elevado passivo de prestações de contas sem análise.

Foi proposto um estudo visando o uso de metodologia baseada em risco para tratamento e seleção das prestações de contas. Como resultado, foi elaborado um modelo de tratamento e seleção das prestações de contas do Pnae, otimizando o processo de análise, tornando-o mais tempestivo, além de aumentar as chances de se ter uma análise mais assertiva, ocasionando uma melhor utilização da força de trabalho do FNDE e um melhor processo de monitoramento e avaliação das Políticas Federais da área da Educação.

## Justiça e Segurança Pública

## Reaparelhamento

Foi recomendada a construção da política pública de reaparelhamento, que deve contemplar a redefinição do marco regulatório atual e coordenação interna dos instrumentos de planejamento, participação e envolvimento dos atores interessados, entre outras ações.



## Comunidades Terapêuticas

Fragilidades na institucionalização da política (imprecisões quanto à legitimidade e às atribuições dos atores envolvidos, por exemplo), falhas na divulgação dos canais de relacionamentos para o público, além de ausência de parâmetros de qualidade para as atividades de reinserção social.

## Obras Públicas

## Estudo de situação da gestão de riscos

Trata-se de levantamento buscando colaborar com o esforço do Governo Federal para redução do déficit fiscal, partindo do pressuposto de que a descontinuidade ou a redução do ritmo de execução de alguns contratos de obras em função das restrições financeiras exigem ações do gestor contratual que, se não implementadas, podem resultar em dispêndios desnecessários. Os resultados foram apresentados ao MPDG para que, entendendo pertinente, orientasse os demais ministérios a realizarem levantamentos dos gastos com contratos de supervisão para compatibilização dos desembolsos desses contratos ao andamento das respectivas obras.



## Retomada de obras do PAC

## 53% de obras retomadas

Foi avaliado o grau de sucesso na implementação das ações para retomada de obras paralisadas previstas na Portaria que dispõe sobre diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos constantes no PAC. Até agosto de 2017, da amostra avaliada pela CGU, identificou-se um total de 53% de obras efetivamente retomadas. As análises da CGU identificaram, ainda, que a retomada das obras por Estados e Municípios ficou **abaixo da meta inicialmente prevista**, apesar da liberação dos recursos destinados aos Entes pelo Governo Federal.

Agosto de 2017

673

empreendimentos haviam sido retomados

Dezembro de 2017

Após atuação da CGU



922

empreendimentos retomados

255

já estão concluídos

127

foram cancelados



## Centros de Iniciação ao Esporte

## Avaliação

Foi analisada a execução dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs) e equipamentos esportivos voltados à iniciação ao desporto de rendimento, a serem construídos em áreas de vulnerabilidade social, compondo a base da pirâmide da Rede Nacional de Treinamento.

## R\$ 967 milhões

era o valor previsto a ser aplicado nos CIEs que comporiam, também, o maior legado esportivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

## Apenas 1

dentre os 285 previstos, foi concluído até junho de 2017.

## PROGNÓSTICO DA CGU

## PRÓXIMAS AÇÕES SOBRE O TEMA

Foi apresentado o resultado de trabalhos da CGU com contribuições para a desburocratização, integridade e maior qualidade dos gastos associados a execução de políticas públicas.

Nesse sentido, a CGU tem assessorado os tomadores de decisão por meio de uma avaliação independente e objetiva das políticas públicas visando o aperfeiçoamento da Governança. Essa visão está incorporada no Plano Tático da Secretaria Federal de Controle Interno, biênio 2018-2019, permitindo uma continuidade das avaliações elencadas no tema Governança.

Em 2018 e 2019, a CGU realizará novas ações com foco na melhoria do modelo de contratação pública e na eficiência operacional desses contratos, buscando contribuir para promoção da economia de recursos públicos e, ainda, conduzirá trabalhos de avaliação do processo orçamentário que colaborem para aumentar a eficiência alocativa dos recursos. Adicionalmente, destacam-se os trabalhos que serão conduzidos visando a continuidade nas avaliações dos sistemas de informação da Previdência e no processo de prestação de contas das transferências voluntárias.